

As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans

CLAUDIA F. BAETA LEAL*

Esta comunicação é parte do projeto “Consultores da UNESCO”, desenvolvido no âmbito da Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação do IPHAN e da linha de pesquisa “Patrimônio Cultural: história, política e sociedade” de seu Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. O objetivo central desse projeto é analisar a inserção do IPHAN no sistema internacional de patrimônio a partir da relação estabelecida com peritos da UNESCO que visitaram o Brasil em missões técnicas a partir da década de 1960.

Este estudo engloba, para além da análise da visita desses peritos, os documentos produzidos por ocasião de sua estada no Brasil – como exemplos desses documentos, além dos relatórios elaborados à pedido da própria UNESCO, há toda uma documentação referente à preparação dessas visitas, que inclui intensas trocas de correspondência entre profissionais da UNESCO ou de alguma forma ligados à ela, o corpo técnico da DPHAN e o governo brasileiro. Esses documentos ajudam a entender os propósitos, motivações, discussões, supostos ou possíveis benefícios relacionados às missões desses consultores, assim como os debates suscitados – interna e externamente à DPHAN e também à UNESCO – pela escolha das cidades, das instituições, dos próprios bens a serem visitados, permitindo compor a escrita de uma história da preservação e de seus atores em nível nacional e internacional.

Esta comunicação em especial está centrada na análise da atuação de Paul Coremans (1908-1965) na década de 1960 e nos seus relatórios de missão produzidos entre 1960 e 1965, com especial enfoque no texto produzido quando de sua visita ao Brasil, em 1964. O químico belga era também conservador restaurador e foi o fundador do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico, em Bruxelas, Bélgica, sendo também seu diretor. Sua trajetória profissional parece estar relacionada,

* Claudia Feierabend Baeta Leal é doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora da Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e docente do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN.

por um lado, ao estabelecimento de centros e laboratórios de preservação, restauração e conservação, como o próprio Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico, na década de 1930; os Arquivos Centrais Iconográficos da Arte Nacional e Laboratório Central dos Museus da Bélgica (1948); e o Centro Internacional para o estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais, conhecido como Centro da UNESCO em Roma ou Centro de Roma, em 1950. Por outro, identificamos também em sua trajetória profissional uma atuação internacional na preservação do patrimônio cultural mundial, fosse na defesa desse patrimônio em tempo de guerra, como na sua atuação na documentação fotográfica do patrimônio belga durante a II Guerra Mundial e mesmo a obra escrita com base nessa sua atividade: *A proteção científica das obras de arte em tempo de guerra: a experiência europeia entre os anos de 1939 e 1945*, publicada em 1946; fosse ainda em missões internacionais promovidas pela UNESCO ou pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), por meio da atuação em diversos países, os quais Coremans chamou de “jovens nações” ou “países em desenvolvimento” em artigo publicado no ano de sua morte, em 1965 (COREMANS, 1965).

Ao ler os relatórios de Coremans, procurei entender os formatos, ênfases e prioridades por meio dos quais se dava a cooperação técnica entre a importante protagonista da construção e consolidação de um sistema internacional de patrimônio – a UNESCO – e a agentes e instituições de países parceiros e Estados Membros, focando principalmente no caso do Brasil. Os relatórios de Coremans com que trabalhei – 6 no total, além do artigo sobre a preservação do patrimônio cultural na África Tropical – contribuem bastante para este objetivo, na medida em que cobrem diversos países e mesmo distintos bens culturais num curto espaço de tempo, possibilitando uma análise comparativa das avaliações do perito, que podem ajudar a entender os sentidos de sua visita ao Brasil e as formas como a relação entre UNESCO e a então Diretoria do Patrimônio Histórico e artístico Nacional, hoje Instituto, ia então se tecendo. Também permitem discutir a própria ideia de um sistema internacional de patrimônio, evitando partir dessa noção como um elemento dado, mas analisando sua construção por meio do estudo das ações dos diversos atores que o compõem.

É possível remontar a ideia da cooperação entre países com vistas à preservação de bens culturais ao final do século XIX – ideia essa que estaria na base mesma da formulação de um sistema internacional de patrimônio cultural: na Convenção de

Bruxelas, de 1874, por exemplo, notamos o esforço em proteger **monumentos históricos, obras de arte e obras científicas**, juntamente com **edifícios e instituições dedicados à religião, caridade, educação, artes, ciências**, os quais deveriam ser **poupados** de quaisquer danos. Essa mesma preocupação está presente nas **Convenções de Haia de 1899 e 1907**, que são consideradas como base das regulamentações do direito internacional consuetudinário referente à guerra terrestre (pois as questões da guerra no mar e no ar só viriam a ser assunto de tratados mais tardios). Vale chamar a atenção para o artigo 27 nas Convenções de 1899 e 1907, em que se determinava que, em caso de bombardeios ou cercos, todas as medidas necessárias deveriam ser tomadas para poupar, tanto quanto possível, “**edifícios destinados à religião, arte, ciências e caridade, assim como hospitais e lugares onde os doentes e feridos** estivessem recolhidos” (art. 27).

Mas é em 1945, no documento que lançou as bases da UNESCO, que encontramos uma formulação mais clara da ideia de cooperação internacional em prol do patrimônio cultural: pode-se ler, na Carta da Unesco de 1945, que um de seus propósitos e funções era “manter, ampliar a difundir o conhecimento por meio da conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de artes, monumentos históricos e científicos e [por meio] da recomendação das convenções internacionais aplicáveis às nações interessadas” (UNESCO, 1945). Também encontramos nesse documento a defesa da cooperação com outras organizações intergovernamentais especializadas em assuntos da competência da Unesco, entre as quais o ICOM. Documentos posteriores produzidos pela Unesco, como relatórios das reuniões de seus conselhos, também abriam bastante espaço para as solicitações de assistência técnica dos Estados Membros junto a esse organismo. Durante toda a década de 1960, é possível também acompanhar a gestação da ideia de patrimônio da humanidade, de defesa da proteção coletiva desse patrimônio, o que foi cristalizado em 1972, com a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Nesta, o destaque à cooperação técnica ficou ainda mais evidente: a ênfase recaía sobre a noção de patrimônio como bens compartilhados por “toda a humanidade” e cuja responsabilidade cabia, conseqüentemente, a “toda a humanidade”, dando-se especial destaque à assistência que deveria ser oferecida pela “coletividade internacional”. Isso significava complementar – e estimular que várias nações também complementassem – as ações dos Estados nacionais no que concernisse a recursos financeiros, científicos e técnicos, principalmente nos casos em que faltassem, no âmbito do país em que o bem

se encontrasse, os meios financeiros, técnicos e científicos necessários, notadamente “métodos científicos e modernos”, para preservar e identificar esse patrimônio, assim como evitar a degradação e o desaparecimento do bem em questão. Entre as modalidades de assistência internacional previstas no texto da *Convenção* de 1972, encontra-se a “formação de especialistas em todos os níveis na área de identificação, proteção, conservação, valorização e reabilitação do patrimônio cultural e natural”; o fornecimento de equipamento que o Estado não possuísse nem tivesse condições de adquirir; empréstimos e subvenções; além de estudos dos problemas que afetassem o patrimônio natural e cultural, com vistas à sua proteção, conservação, valorização e reabilitação, e a “disponibilização de peritos, técnicos e mão-de-obra qualificada” (UNESCO, 1972).

A missão de Coremans – assim como de vários outros peritos que o seguiram em visitas ao Brasil – deve, a meu ver, ser entendida precisamente dentro dessa chave de disponibilização de especialistas para estudar a situação dos bens e das medidas técnicas a serem tomadas para preservá-los, o que mostra que a postura oficializada pela Convenção de 1972 já vinha sendo posta em prática anteriormente à publicação desse documento. Podemos inclusive percebê-la na própria concepção de preservação de especialistas como Coremans, como identificamos no trecho abaixo, em que se nota a importância concedida ao **conhecimento profundo** dos objetos e da constituição desses; ao **conhecimento das técnicas de preservação**; e à **cooperação** entre os especialistas:

“Preservação, em seu sentido técnico, significa todas as medidas relacionadas, primeiramente, ao estudo dos materiais constituintes dos vestígios do passado – monumentos e objetos guardados nos museus, arquivos e bibliotecas – e dos modos de sua deterioração; em segundo lugar, significa a elaboração e aplicação de técnicas de preservação e restauração. Sendo essa a definição de preservação adotada, trata-se de um tipo de trabalho que demanda a cooperação tanto dos trabalhadores dos laboratórios de restauração quanto dos técnicos e artesãos das oficinas.” (COREMANS, 1965, p. 168)

No que diz respeito à atuação de Coremans, este defendia o contato direto com os técnicos das “jovens nações”, conforme termo do próprio especialista. Para ele, esses técnicos eram o ponto fundamental do estabelecimento de soluções em prol do patrimônio cultural; portanto, a atuação dos peritos enviados pela UNESCO a “nações distantes” deveria voltar-se exatamente aos técnicos locais. Coremans defendia

inclusive que uma “boa conversa” com tais técnicos seria um instrumento muito mais eficaz para solucionar dificuldades referentes à preservação do patrimônio cultural do que “o melhor relatório de missão” (Idem, p. 173). É certo que essa “boa conversa” significava o treinamento de especialistas na área da conservação e restauração e a iniciativa necessária para viabilizar tal ação seria a fundação de centros regionais de treinamento, os quais, para Coremans, deveriam ser incentivados por organizações como a própria UNESCO, o ICOM, o Centro Internacional para o estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (Centro de Roma), ao mesmo tempo em que viabilizariam seus trabalhos em conjunto com governos locais. (Idem, p. 173)

Tais perspectivas podem ser encontradas com maior ou menor evidência nos relatórios do restaurador belga produzidos entre 1960 e 1965, os quais são também importantes exemplos dessa atuação promovida pela Unesco. Coremans publicou nesse período relatórios sobre suas visitas ao Iraque, à Espanha, Brasil, México, Peru e Índia, nos quais se podem identificar claramente os objetivos das viagens: o restaurador belga era enviado para, por um lado, avaliar as medidas utilizadas nesses países na preservação e conservação de bens culturais, fossem eles monumentos históricos, sítios arqueológicos ou objetos museológicos; e, por outro, apresentar aos governos locais ou responsáveis pelos centros de preservação propostas de mudanças em relação aos procedimentos ou às instituições, com a criação de laboratórios e centros de treinamento.

No relatório referente à sua visita ao **Iraque**, que teria durado de 17 de janeiro a 07 de fevereiro de 1960, lemos a seguinte definição do objetivo da missão:

“Nos termos do contrato da Unesco e na correspondência trocada com as relevantes autoridades do Iraque, o enfoque é dado à **conservação e preservação de monumentos históricos, sítios arqueológicos e objetos museológicos.**” (COREMANS, 1960, p.1).

Notamos no texto que suas atividades envolveram visitas a museus e seus laboratórios de conservação e restauração, e seu relato voltou-se principalmente para uma discussão técnica da identificação das causas da deterioração de bens culturais tão diversos como os já citados “**monumentos históricos, sítios arqueológicos e objetos museológicos**” (Idem). Vale a pena sublinhar que, ao mesmo tempo em que Coremans visitava o Iraque, também estava lá um outro expert da UNESCO, George Henri Rivière, museólogo e etnólogo francês, enviado por esse organismo para analisar as

modificações do Museu de Bagdá, o qual ainda se encontrava em construção, e que ambos teriam trabalhado em conjunto sobre “vários problemas técnicos” apresentados pela Diretoria Geral de Antiquidades iraquiana (Idem).

Coremans teria seguido para o Irã, logo após sua visita ao Iraque, “em uma missão semelhante” (Idem). Não encontrei, porém, o relatório referente a essa missão, não podendo comentá-la.

Já no relatório sobre a missão na Espanha, país que Coremans teria visitado entre 06 e 26 de outubro de 1963, o conservador indicou que a Unesco lhe solicitara que “‘estudasse o programa atual de conservação de bens culturais na Espanha’ e ‘preparasse um programa para o estabelecimento de um laboratório nacional’ no seio do Instituto Central de Restauração, recentemente criado; além de ‘preparar uma lista de obras e materiais de laboratório no valor de até U\$ 2.650’, crédito colocado à disposição das Autoridades espanholas pela Unesco.” (COREMANS, 1963, p. 2). Acho interessante pensar no sentido de sua missão à Espanha, país que certamente não poderia estar inserido entre as “jóvens nações” identificadas por Coremans, como poderíamos pensar na percepção de Coremans em relação a países como Peru, Brasil, México. A razão parece ter sido não a pouca estrutura do país para lidar com questões referentes à preservação do patrimônio cultural, mas sim a instalação relativamente recente então (1961) do Instituto Central de Restauração espanhol, para o qual estava sendo requisitada a expertise de Coremans.

A visita ao México, ocorrida em abril de 1964, logo após a visita de Coremans ao Brasil, foi essencialmente técnica e tinha como principal foco as pinturas murais de Bonampak, um dos sítios arqueológicos mais importantes da cultura Maia, localizado no estado mexicano de Chiapas: “englobava as seguintes orientações da Unesco: exame *in loco* do templo e de suas pinturas murais; se necessário, recolhimento de amostras e análise destas; recomendações com vistas à limpeza das pinturas e dos trabalhos preliminares à essa operação.”

No Peru, onde estive em maio de 1964, sua missão teria tido, segundo o próprio Coremans, um caráter duplo: tratava-se, por um lado, de criar um “Laboratório central para o Museu de Arte de Lima; por outro lado, de aconselhar as autoridades peruanas sobre as medidas a serem tomadas com vistas à conservação dos sítios monumentais pré-colombianos, como Chan-Chan”. (COREMANS, 1964, p. 3)

Esse objetivo não estava muito distante daquele de sua missão à Índia, em janeiro de 1965, durante a qual foi acompanhado por Harold Plenderleith, arqueólogo e conservador escocês: “(...) Unesco convidou-nos para ‘preparar um programa para o laboratório regional proposto para a conservação dos bens culturais, tendo em mente a possibilidade de este ser utilizado como um centro de treinamento.’” (COREMANS e PLENDERLEITH, 1965).

Semelhantemente, podemos também identificar na missão ao Brasil, que se deu num momento bastante efervescente a história nacional, em março de 1964, um caráter duplo, que envolvia tanto uma análise técnica do laboratório de conservação do órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico, quanto diretivas a respeito de bens protegidos por esse órgão, a saber:

“A Unesco havia solicitado, por um lado, que fossem avaliados os meios de que o Laboratório da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) já dispunha e estabelecido um programa para o futuro, e, por outro, que fossem visitadas as edificações antigas do sítio urbano de Ouro Preto e encaminhadas propostas para sua conservação.” (COREMANS, 1964, p. 1)

É possível estabelecer a década de 1960 como momento de consolidação da relação entre UNESCO e o Brasil, principalmente por meio de seu principal órgão de proteção do Patrimônio, a DPHAN. Em setembro de 1964, estabeleceu-se a Representação da UNESCO no Brasil, “como parte do acordo de cooperação técnica firmado com as autoridades brasileiras em 1964.” (UNESCO, 2006). Essa cooperação também se concretizou, nesse mesmo ano, com a vinda de Paul Coremans. O sentido atribuído pela imprensa brasileira a essa missão caracterizou-a primordialmente como uma iniciativa da UNESCO, sendo descrita como resultado de sua preocupação desta organização “com a situação de abandono e de desprezo das coisas da cultura brasileira”.¹ É certo que o papel da UNESCO foi determinante para a realização da missão, que teria sido organizada com vistas a avaliar os laboratórios da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), estabelecer “um programa para o futuro”, visitar edificações antigas do sítio urbano de Ouro Preto e encaminhar “propostas para sua conservação”, como se lê no relatório publicado em maio de 1964 (COREMANS, 1964a). No entanto, Coremans deixou claro o contato com autoridades

¹ “UNESCO pediu há dois anos defesa do nosso patrimônio histórico” *O Globo*, 21/12/1966.

brasileiras, com representantes da UNESCO e o interesse destas em relação à sua análise e propostas: descreveu-a como “missão de orientação que, **bem preparada pelas partes interessadas**, tenta propor bases válidas a serem acompanhadas por adaptações posteriores.” (Idem; grifos nossos) Além de sublinhar a participação do diretor da DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, no próprio detalhamento da missão, o perito belga também listou, no item “Agradecimentos” de seu relatório, os encontros e orientações que teve a respeito de sua missão: antes de sua partida para o Brasil, Coremans reunira-se com o embaixador do Brasil em Bruxelas, Afrânio de Mello Franco; o diretor do Departamento de Atividades Culturais da UNESCO, Lourival Gomes Machado, o representante residente das Nações Unidas no Brasil, George Peter, e o chefe do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério das Relações Exteriores, Georges Maia, por sua vez, haviam elaborado um “programa preciso” em conjunto com o diretor da DPHAN para a missão de Coremans. Além desses, o perito não poupou elogios a dois outros técnicos da DPHAN, que o acompanharam nas visitas: Renato Soeiro, então diretora da Divisão de Conservação, e Edson Motta, chefe do Laboratório de Conservação e Restauração.

Na historiografia referente à DPHAN, os contatos entre a DPHAN e a UNESCO aparecem nesse viés de auxílio especializado e cooperação técnica, com ênfase no interesse do primeiro em buscar, junto a essa Organização, diretrizes para “reformular e reforçar sua atuação” no que dizia respeito ao patrimônio cultural, em vista da industrialização acentuada que marcou as décadas de 1950 e 1960 no Brasil (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 32; FONSECA, 2005, P. 142). Maria Cecília Londres da Fonseca, em seu *O patrimônio em processo*, deu destaque às tensões que surgiram no âmbito da Instituição no que concernia à “preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades”, dada a desarticulação dos “processos espontâneos de preservação do patrimônio”(idem, p. 141), processos esses definidos pela historiografia como culturais, em oposição a critérios mais voltados para uma política estatal de preservação. Márcia Sant’Anna também sublinhou a demanda da DPHAN por uma “nova política para a conservação do patrimônio” frente aos problemas urbanos advindos da arrancada industrial que impedia que a atuação do Instituto se voltasse principalmente, como até então ocorria, para “problemas de

manutenção das (...) características formais” dos conjuntos e monumentos (SANT’ANNA, 1995, p. 153).

Não é à toa, portanto, que Coremans inicia a análise dos problemas enfrentados pela DPHAN descrevendo o Brasil como uma “colmeia zumbidora” (COREMANS, 1964a, p. 4), em menção a obras de construção civil, principalmente rodovias voltadas para o interior do país. O perito belga também procurou mostrar sua preocupação em relação ao fato de tais obras parecerem “menosprezar o passado”, sublinhando, porém, os esforços que a DPHAN empregava em defesa do patrimônio histórico e artístico, com especial destaque à atuação do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, descrito por Coremans como a própria base e estrutura da Diretoria.

No relatório, o perito procurou indicar os monumentos, sítios e instituições – principalmente museus – visitados; também traçou uma breve análise da situação do patrimônio histórico e artístico brasileiro naquele momento e deteve-se na indicação de medidas a serem tomadas pelo órgão responsável por sua proteção – a DPHAN. Entre essas medidas, sugeriu atividades como um amplo inventário fotográfico, sem o qual, argumentou, os tombamentos e a conservação dos bens não eram possíveis; a colaboração entre as ciências exatas e humanas – leia-se: física e química, de um lado; história da arte do outro – na orientação das pesquisas de conservação; a busca de assistência técnica junto ao IRPA belga, à UNESCO, ao ICOM, ao Centro da UNESCO em Roma; o fomento ao turismo; e a própria reestruturação da DPHAN, com aumento do orçamento, do pessoal, e com “autonomia de pensamento e gestão” em relação ao governo central. Também elogiou a participação de um técnico da DPHAN, Jair Afonso Inácio, como bolsista do IRPA entre 1961 e 1962, defendendo a participação de mais técnicos da DPHAN nos cursos de treinamento oferecidos pela instituição que então dirigia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- “UNESCO pediu há dois anos defesa do nosso patrimônio histórico” *O Globo*, 21/12/1966
- COREMANS, Paul e PLENDERLEITH, H. J. *India – conservation of cultural property* (January 17th – February 7th). Paris: UNESCO, 1965.
- COREMANS, Paul. *Brésil – La préservation du patrimoine culturel*. Paris: UNESCO, 1964a.
- _____. *L’Institut Central de Restauration - Mission UNESCO em Espagne*, 6-26 octobre 1963. UNESCO, 1963.
- _____. *Mexique – conservation du patrimoine culturel* (mars 1964). Paris: UNESCO, 1964b.
- _____. *Perou – La préservation du patrimoine culturel* (juin 1964). Paris: UNESCO, 1964c.
- _____. “Preservation of the cultural heritage in Tropical Africa” *Museum*, vol XVIII, nº 3, 1965.
- _____. *UNESCO Mission to Iraq*. UNESCO, 1960.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/IPHAN, 2005.
- MEC/SPHAN/FNPM. *Proteção e vitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1980.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento. A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, dezembro de 1995.
- UNESCO. *Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, 1945.
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001337/133729e.pdf#page=7>> acesso em 03/03/2011.
- UNESCO. *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, 1972. <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> acesso em 14/09/2008.
- UNESCO. *Marco estratégico para a UNESCO no Brasil*, UNESCO/Brasília, outubro de 2006, <http://www.brasilia.unesco.org/unesco/organizacaoBrasil - consultado em 28/10/2008>.